

## ATA NÚMERO 147/XIII (4.ª)

A 9 de outubro de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### I PARTE

Audiência do Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos, sobre o caminho artístico seguido no OPART, EPE, nomeadamente no que respeita à temporada lírica do TNSC e à substituição da Direção Artística da CNB.

### II PARTE

1. Informações.
2. Aprovação das atas de 27 de setembro e de 3 de outubro de 2018.
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Deputado Único Representante do Partido «Pessoas – Animais – Natureza» para audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os touros de morte em Monsaraz.
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, sobre o processo de excecionalidade legal e consequente fiscalização de atividades com touros de morte.
5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 957/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) - Aprova os Estatutos do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos:

Deputado Relator: Jorge Campos (BE)

6. Outros assuntos.

---

## I PARTE

Audiência do Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos, sobre o caminho artístico seguido no OPART, EPE, nomeadamente no que respeita à temporada lírica do TNSC e à substituição da Direção Artística da CNB

Dando início à audiência, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, em exercício, Deputado Pedro do Ó Ramos, deu as boas-vindas aos dirigentes André Albuquerque, Carlos Pinillos, Carolino Carreira e Madalena Boléo do Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE), explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos representantes do CENA-STE.

Os representantes do CENA-STE mencionaram, designadamente que a Orquestra Sinfónica Portuguesa (OSP) naquele ano comemora 25 anos de existência e após 25 anos ainda continuam por cumprir determinados aspetos que põem em causa a sua missão artística. Disseram que apesar de um longo historial de passagem por várias salas inadequadas ao seu trabalho, a OSP continua passados 25 anos sem um espaço de trabalho condigno. Com efeito, foram feitas promessas pela tutela que a OSP teria um espaço de ensaio condigno à semelhança das suas congéneres orquestras das capitais europeias e até então nada foi concretizado.

Frisaram que a missão artística poderá a curto prazo estar em causa também devido ao não preenchimento de lugares vagos que existem na orquestra. Acresce que, a orquestra naquele momento é uma orquestra envelhecida e a sua missão devia passar também pela passagem do testemunho artístico às novas gerações.

Mencionaram que a questão da suborçamentação não justifica a má gestão que tem sido feita dos recursos existentes.

Transmitiram que no que respeita à [Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro](#) continuam a ter pessoas que sem dúvida alguma são necessidades permanentes que estão inscritas no Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram algumas questões, designadamente sobre:

- A questão dos funcionários que constituem valências importantes e permanentes gostariam de perceber em que áreas são, quantos são e como é que está a questão do PREVPAP no Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e na Companhia Nacional de Bailado (CNB);
- No que respeita à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro, se houve algum trabalhador que não tenha sido contemplado ao abrigo daquela lei;
- Após o processo da Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro e com o processo do PREVPAP como é que analisam os resultados que têm saído, quais os atrasos que têm sentido, se atentam ainda com esperança os resultados do PREVPAP para darem alguma estabilidade ao sistema;
- Em que medida é que a rejeição da proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP em sede do Orçamento do Estado para 2018, que visava repor o orçamento integral que tinha sido retirado à OPART, teve reflexos na vossa atividade diária;
- Quais as consequências sobre o não preenchimento de lugares vagos, exatamente qual é a dimensão daquele não preenchimento, quantas pessoas é que estão em falta.

Os representantes do CENA-STE responderam em bloco às questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo no final o Senhor Presidente da Comissão em exercício dado por terminada a audição.

A gravação áudio encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

## II PARTE

### 1. Informações

1.1. O Senhor Presidente da Comissão em exercício informou que no que respeita à carta enviada pelo Senhor Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral aos Deputados da 12.<sup>a</sup> Comissão referente à apreciação crítica do projeto de Decreto-Lei sobre Autonomia de Gestão dos Museus e Monumentos Nacionais, o Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) solicita que seja divulgada a carta no *site* da APOM. Nesse sentido, o Presidente da Comissão questionou os Senhores Deputados sobre se concordam com aquele pedido.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu que não têm que autorizar, nem deixar de autorizar, ou seja, o seu entendimento é o seguinte: ou a carta é pública e, obviamente, que a APOM pode utilizá-la sem problemas, se não é pública devem ter autorização dos autores, mas não parece que sejam os Deputados da 12.<sup>a</sup> Comissão a autorizar a divulgação no *site* daquela carta.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) mencionou que o Grupo Parlamentar do PS está de acordo porque a carta foi dirigida à Comissão, mas ainda teve ocasião de citar todos os cinco pontos da carta e a Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) teve também ocasião de citar e numa outra parte a reproduzir os pontos dessa carta. Transmitiu que só os autores poderiam eventualmente estar no seu direito de recusar a publicação.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) disse que concordava com o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) e com o Senhor Deputado José Magalhães (PS).

1.2. O Senhor Presidente da Comissão informou que as Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PS se vão realizar nos dias 23, 24 e 25 de novembro.

1.3. O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento da proposta de Audições Regimentais na 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa:

12. <sup>a</sup> Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e	Ministro da Cultura	1. <sup>a</sup> Audição Regimental OE	06.11.2018 (15h)
		2. <sup>a</sup> Audição Regimental	08.01.2019
		3. <sup>a</sup> Audição Regimental	26.03.2019

Desporto		4.ª Audição Regimental	28.05.2019
	Ministro da Educação e Secretário de Estado da Juventude e do Desporto	1.ª Audição Regimental OE	02.11.2018 (15h)
		2.ª Audição Regimental	Semana de 21.01.2018
		3.ª Audição Regimental	Semana de 11.03.2018
		4.ª Audição Regimental	Semana de 06.05.2018

As Senhoras e os Senhores Deputados da Comissão concordaram com as datas propostas para as Audições Regimentais da 4.ª Sessão Legislativa.

2. As atas das reuniões de 27 de setembro e de 3 de outubro de 2018 foram aprovadas por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Deputado Único Representante do Partido «Pessoas – Animais – Natureza» para audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os touros de morte em Monsaraz

O Senhor Deputado André Silva (PAN) fez a apresentação do [requerimento](#) referindo, nomeadamente que no dia 8 de Setembro, assistiu-se na arena do Castelo de Monsaraz a um espetáculo bárbaro e cruel, onde um touro indefeso, amarrado pela cabeça foi golpeado de forma atroz por elementos indiferenciados da população que, a sangue frio, mataram o animal com facadas.

Disse que não está em causa a realização daquele evento que está previsto na lei, não está em causa a morte daquele animal que está previsto na lei enquanto atividade cultural, está sim a forma absolutamente despropositada, bárbara e com práticas de tortura a que o animal foi sujeito, lentamente e agonizantemente até à sua morte.

Mencionou que aquele tipo de espetáculos tauromáquicos implicam um nível de crueldade e de insensibilidade abissais, que ainda são mais chocantes pelo facto de nos vídeos expostos ser visível na assistência a presença de crianças.

Frisou que os vídeos mostram a brutalidade do evento, que mereceu o licenciamento da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC) em virtude do tal regime de exceção com base na suposta tradição, situação que se aplica em Barrancos e em Monsaraz.

Ademais, aquelas festividades com touros de morte em Monsaraz incluíram também eventos claramente ilegais: dois "encerros para crianças" e uma "aula prática de toureio" com alunos de escolas de toureio portuguesas.

Disse que aquelas situações foram denunciadas à IGAC e à Comissão Local de Proteção das Crianças e Jovens, sem que aquelas entidades se tenham pronunciado sobre as manifestas ilegalidades invocadas.

Salientou que à realidade fáctica explicitada acresce o facto, de alegadamente, não ter estado presente nenhum médico veterinário nem qualquer inspetor da IGAC que pudesse aferir do cumprimento dos ditames legais existentes.

Referiu que a violência daquelas imagens ilustra uma realidade anacrónica em que os animais utilizados nas touradas em Portugal são sujeitos a um tratamento bárbaro e indigno de um país civilizado.

Face ao exposto, e atendendo ao facto de a presente conjuntura levantar diversas questões, as quais carecem de cabal esclarecimento, requereu, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, a realização de uma audição urgente ao Ministro da Cultura, como forma de esclarecer as informações suportadas em elementos documentais (nomeadamente fotografias e vídeos) relativos a alegadas ilegalidades nos eventos tauromáquicos concernentes aos touros de morte em Portugal.

De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP), Carla Sousa (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Maria Manuel Rola (BE), José Carlos Barros (PSD) e André Silva (PAN). A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) salientou que aquilo não são espetáculos tauromáquicos.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e PCP, a abstenção do Grupo Parlamentar do PSD e o voto a favor do Grupo Parlamentar do BE.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, sobre o processo de excecionalidade legal e consequente fiscalização de atividades com touros de morte

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) fez a apresentação do [requerimento](#) mencionado, designadamente que o mesmo tem que ver com a excecionalidade legislativa relativamente aos touros de morte e decorrente de denúncias que têm vindo a existir sobre a aplicação da legislação relativa ao bem-estar animal.

Referiu que, no caso de Monsaraz, o vídeo divulgado das festas de Monsaraz demonstra que ali está em causa uma questão de bem-estar animal. Donde, é preciso perceber de que forma, quer o IGAC, quer os próprios Municípios têm estado a acautelar a existência de nova legislação relativamente ao bem-estar animal na excecionalidade que estão a atribuir àqueles municípios.

Salientou que da parte do Grupo Parlamentar do BE é essencial compreender de que forma é que a excecionalidade da legislação tem vindo a ser acompanhada pela Inspeção-geral das Atividades Culturais. Pelo que, apresentaram aquele requerimento para a audição do Inspetor-geral das Atividades Culturais.

De seguida, registaram-se as intervenções das Senhoras Deputadas Diana Ferreira (PCP) e Carla Sousa (PS).

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PCP, a abstenção dos Grupos Parlamentares do PSD e PS e o voto a favor do Grupo Parlamentar do BE.

5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 957/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) - Aprova os Estatutos do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos

Este ponto foi adiado para uma próxima reunião da Comissão.

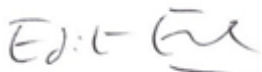
6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 16 horas e 33 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2018

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 16 de outubro de 2018.



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
João Pinho de Almeida  
Joel Sá  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Luís Monteiro  
Palmira Maciel  
Pedro do Ó Ramos  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Ana Mesquita  
Ana Sofia Bettencourt  
André Silva  
Carlos Silva  
Maria Augusta Santos  
Maria Manuel Rola  
Ricardo Leão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves  
Joana Barata Lopes  
Jorge Campos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão  
Edite Estrela  
João Torres  
Margarida Balseiro Lopes  
Sara Madruga da Costa